

Artigo

O potencial emancipatório da agroecologia em questão: Dos riscos de cooptação à construção da autonomia

Mariana Homem de Mello Reinach

Guilherme Augusto Fabrin

76

Resumo

Assim como as preocupações ecológicas/ambientais de modo geral, a noção de agroecologia adquiriu ao longo de sua história uma forte ambivalência, sendo incorporada por agentes e instituições com os mais diversos interesses, muitas vezes antagônicos. Dessa forma, notamos que o termo “agroecologia” vem sendo utilizado com sentidos fundamentalmente distintos. O objetivo do presente artigo consiste em problematizar o caráter ambíguo da agroecologia e questionar seu suposto potencial emancipatório, buscando, de um lado, elucidar as origens histórico-geográficas de sua difusão e, de outro, enfatizar que as múltiplas escalas de análise, as relações de poder e a dinâmica da luta de classes são elementos fundamentais a serem considerados na análise da territorialização das práticas agroecológicas. Trazemos, assim, contribuições das ciências humanas e do pensamento crítico para ajudar a qualificar essa reflexão. Apresentamos o campo da Ecologia Política como uma forma promissora de compreender a questão ambiental de forma geral, bem como as disputas no interior da agroecologia em particular. Discutimos os discursos políticos sobre a agroecologia elaborados pela FAO e pela Via Campesina, com o intuito de apontar alguns dos principais marcos desse debate na atualidade. Por fim, considerando os riscos de cooptação dos movimentos agroecológicos atualmente, apontamos possíveis caminhos para qualificar a análise sobre o seu potencial emancipatório. Concluímos que as práticas agroecológicas devem estar associadas à construção da autonomia para servir efetivamente à alegada emancipação social e ao enfrentamento do atual sistema de produção agrário/agrícola capitalista.

Palavras-chave: Práticas agroecológicas; Ecologia Política; lutas sociais.

The emancipatory potential of agroecology in question: From the risks of co-optation to building autonomy

Abstract

As well as ecological/environmental concerns in general, the notion of agroecology has acquired throughout its history a strong ambivalence, being incorporated by agents and institutions with the most diverse, often antagonistic interests. Thus, we note that the term “agroecology” has been used with fundamentally different meanings. The objective of this article is to problematize the ambiguous character of agroecology and question its supposed emancipatory potential, seeking, on one hand, to elucidate the historical-geographical origins of its diffusion and, on the other, to emphasize that the multiple scales of analysis, power relations, and the dynamics of class struggle are fundamental elements to be considered in the analysis of the territoriality of agroecological practices. We thus bring contributions from the human sciences and critical thinking to help qualify this reflection. We present the field of political ecology as a promising way to understand the environmental issue in general, as well as the disputes within agroecology in particular. We discussed the political discourses on agroecology prepared by FAO and Via Campesina, with the aim of pointing out some of the main milestones in this debate today. Finally, considering the risks of co-optation of agroecological movements today, we pointed out possible ways to qualify the analysis on its emancipatory potential. We conclude that agroecological practices must be associated with building autonomy to effectively serve the alleged social emancipation and confronting the current capitalist agricultural production system.

77

Keywords: Agroecological practices; political ecology; social struggles.

El Potencial Emancipatorio de la agroecología en cuestión: De los riesgos de la cooptación a la construcción de la autonomía

Resumen

Además de las preocupaciones ecológicas/ambientales en general, la noción de agroecología ha adquirido una fuerte ambivalencia a lo largo de su historia, siendo incorporada por agentes e instituciones con los intereses más diversos y a menudo antagónicos. Así pues, observamos que el término “agroecología” se ha utilizado con significados fundamentalmente diferentes. El objetivo de este artículo es problematizar el carácter ambiguo de la agroecología y cuestionar su supuesto potencial emancipador, buscando, por un lado, dilucidar los orígenes histórico-geográficos de su difusión y, por otro, destacar que las múltiples escalas de análisis, las relaciones de poder y las dinámicas de la lucha de clases son elementos fundamentales a considerar en el análisis de la territorialidad de las prácticas agroecológicas. Por lo tanto, traemos contribuciones de las ciencias humanas y el pensamiento crítico para ayudar a calificar esta reflexión. Presentamos el campo de la ecología política como una forma prometedora de entender la cuestión medioambiental en general, así como las disputas dentro de la agroecología en particular. Discutimos los discursos políticos sobre agroecología preparados por la FAO y la Vía Campesina, con el fin de señalar

algunos de los principales hitos del debate de hoy. Finalmente, considerando los riesgos de cooptación de los movimientos agroecológicos hoy en día, señalamos posibles formas de calificar el análisis sobre su potencial emancipador. Concluimos que las prácticas agroecológicas deben asociarse con la construcción de la autonomía para servir eficazmente a la supuesta emancipación social y hacer frente al actual sistema capitalista de producción agrícola.

Palabras clave: Prácticas agroecológicas; Ecología Política; luchas sociales.

Introdução

Assim como as preocupações ecológicas/ambientais de modo geral, a agroecologia adquiriu, ao longo de sua história, uma forte ambivalência. Incorporado por agentes e instituições com os mais diversos interesses - muitas vezes antagônicos e contraditórios - o termo “agroecologia” é cada vez mais utilizado, com sentidos fundamentalmente distintos.

Segundo Wezel *et al.* (2009), o conceito de “agroecologia” foi modificando-se ao longo do tempo e de acordo com as características histórico-geográficas dos contextos em que foi incorporada, e hoje comportaria quatro significados principais: A agroecologia poderia ser entendida como uma disciplina científica; como uma prática agrícola; como um movimento social; ou como a fusão indissociável das três abordagens anteriores (agroecologia como ciência, movimento e prática). Entretanto, em nossa visão, todos os diferentes agentes que reivindicam a agroecologia mobilizam-se em torno de determinados saberes, práticas e filiações político-ideológicas, de modo que classificar a agroecologia como uma ciência, um movimento e/ou uma prática não elucida efetivamente seu conteúdo.

No Brasil, a agroecologia é normalmente associada a uma perspectiva genericamente “progressista” ou “emancipatória”, mas não há uma preocupação em explicitar ou problematizar o que isso significa e quais implicações acarreta. Com o intuito de contribuir para essa discussão, o objetivo deste artigo consiste em problematizar o caráter ambíguo da agroecologia e questionar seu suposto potencial emancipatório, buscando,

de um lado, elucidar as origens histórico-geográficas de sua difusão e, de outro, enfatizar que as múltiplas escalas de análise, as relações de poder e a dinâmica da luta de classes são elementos fundamentais a serem considerados na análise da territorialização das práticas agroecológicas. Trazemos, assim, contribuições das ciências humanas e do pensamento crítico para ajudar a qualificar essa reflexão.

Este artigo é composto por quatro tópicos. No primeiro, resgatamos a trajetória histórica de construção e difusão do conceito de agroecologia. No segundo, utilizamos a perspectiva do sistema-mundo para analisar como a agroecologia se insere no contexto geopolítico a nível global e os diferentes interesses que a cercam na atualidade. Em seguida, apresentamos o campo da Ecologia Política como uma forma promissora de compreender a questão ambiental, de forma geral, bem como as disputas no interior da agroecologia, em particular. No terceiro tópico, apresentamos os discursos políticos sobre a agroecologia elaborados pela FAO e pela Via Campesina, com o intuito de apontar alguns dos principais marcos desse debate na atualidade. Por fim, considerando as disputas em torno do significado da agroecologia atualmente, apontamos possíveis caminhos para qualificar a análise sobre seu potencial emancipatório, discutimos o significado da autonomia e alguns dos desafios para sua construção.

1. Transformações históricas da agroecologia

O termo “agroecologia” foi utilizado pela primeira vez em 1930 pelo agrônomo russo Basil Bensing, um pesquisador do Instituto Internacional para Agricultura de Roma (órgão precursor da FAO), para descrever o uso de métodos ecológicos em pesquisas sobre cultivares agrícolas comerciais. Bensing definiu a agroecologia como a aplicação da ecologia à agricultura, e defendia a necessidade de cooperação internacional em investigação agroecológica. Wezel *et al.* (2009), descrevem as contribuições de ecólogos, agrônomos, biólogos e zoólogos para o desenvolvimento da agroecologia: desde os alemães

Friedrichs (1930), Klages (1942) e Tischler (1950), o grego Papadakis (1938), o italiano Azzi (1956), e o estadunidense Eugene Odum (criador do conceito de “agroecossistema”):

No coração da agroecologia está a ideia de que o campo de cultivo é um ecossistema onde os processos ecológicos encontrados em outras formações vegetais como ciclo dos nutrientes, interações predador/presa, competição, comensalismo e sucessão ecológica também ocorrem. A agroecologia foca nas relações ecológicas do meio, e seu propósito é iluminar a forma, dinâmicas e função dessas relações (HECHT, 1995, p. 4).

Entre 1930 e 1960, as pesquisas sobre agroecologia, apesar de apresentarem uma visão holística avançada sobre a agricultura, ainda eram essencialmente voltadas para a agricultura ocidental em zonas temperadas, e pouco diziam sobre o papel dos seres humanos ou das relações sociais para a conformação dos agroecossistemas. Os pesquisadores concentravam-se em questões do âmbito das ciências naturais (como a ciclagem de nutrientes, as interações entre pragas e plantas e a sucessão ecológica), com o intuito de desenvolver uma técnica agrícola eficiente e respeitadora dos ciclos naturais.

A partir da década de 1970, houve uma enorme expansão da literatura agrônômica com uma perspectiva ecológica em ecossistemas tropicais, e diversas pesquisas foram feitas na América Latina, Ásia e África. Nessa época, o que começou a chamar a atenção dos pesquisadores foi constatar que muitos dos princípios de manejo apropriados a uma abordagem agroecológica já eram praticados por diversas populações rurais dos trópicos. Observou-se que as estratégias agrícolas de povos indígenas e camponeses eram extremamente complexas e sofisticadas, revelando sistemas agroalimentares que favoreciam os processos ecológicos ao invés de contrapor-se a eles. Este fato gerou interesse pela contextualização social desses sistemas produtivos e das culturas e cosmologias nas quais estavam inseridos. Foi somente a partir deste momento que os agroecólogos passaram a discutir com mais profundidade o componente social do agroecossistema, considerando a agricultura como resultado de um longo processo de coevolução entre cultura e ambiente.

Assim, a partir dos anos de 1970 e 1980, principalmente na América Latina, a palavra “agroecologia” começou a ser utilizada para descrever práticas agrícolas já existentes e desenvolvidas por populações rurais do continente. Autores como Miguel Altieri (2015) e Sevilla Guzmán (2011) consideram que aquilo que estava começando a desenvolver-se nos marcos da ciência ocidental moderna através da união entre a Agronomia e a Ecologia já tinha sido desenvolvido por povos e comunidades rurais da América Latina e de outras regiões tropicais do mundo há muito mais tempo. Essas descobertas sinalizaram que a agroecologia se beneficiaria da adoção de um enfoque pluriepistemológico e de um “diálogo de saberes” que unisse o conhecimento científico e acadêmico ao conhecimento popular.

Por outro lado, o contexto periférico do sistema-mundo no qual o conhecimento agroecológico passou a se desenvolver neste segundo momento foi determinante para uma nova transformação. Nos anos 1970, nessas regiões, a Revolução Verde estava consolidando-se, fortalecendo a face agrária do colonialismo. Ocorriam intensas transformações estruturais, acompanhadas por conflitos e mobilizações coletivas antagônicas ao modelo agroindustrial capitalista (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013). Portanto, os pesquisadores de países periféricos em geral, e latino-americanos em particular, que optavam pelo enfoque agroecológico, inevitavelmente posicionavam-se e muitas vezes engajavam-se em lutas contra o modelo de produção agrário/agrícola hegemônico e em defesa da memória cultural dos ricos sistemas agrícolas locais, indígenas e tradicionais que estavam sendo expropriados.

Para muitos, o conhecimento tradicional agrícola começou a ser considerado o fundamento da sustentabilidade agroecológica e fonte de alternativas e oportunidades para as comunidades rurais permanecerem no campo com alguma independência frente às corporações do crescente complexo agroindustrial (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013). Assim, a agroecologia passou a ser considerada a base para um tipo de desenvolvimento agrícola alternativo à Revolução Verde, defendido por ecólogos, agrônomos e etnobotânicos, que trabalhavam especialmente no México e na América Central.

São nomes importantes para a agroecologia latinoamericana: Efraím Hernández Xolocotzi, Arturo Gomez-Pompa, Stephan Gliessman, Daniel Janzen, Cox e Atkins, Miguel Altieri, Ivan Zuluaga, Ana Primavesi, Juan Gasto, Mario Mejía, entre muitos outros (ALTIERI, 2015; GLIESSMAN, 2013; WEZEL *et al.*, 2009). Vale ainda destacar a influência do espanhol Eduardo Sevilla Guzmán, que inspirado por Teodor Shanin, Angel Palerm, Joan Martínez Alier e Eric Wolf, em 1978 fundou o Instituto de Sociologia e Estudos Campone-ses (ISEC) na Universidade de Córdoba, onde desenvolveu-se o corpo teórico da sociologia agroecológica. A relação entre o ISEC e o Movimento de Trabalhadores Sem Terra de Andalucía (SOC) teve uma contribuição significativa para a perspectiva militante que caracteriza a investigação e à docência agroecológica no presente (SEVILLA GUZMÁN; WOODGATE, 2013).

Em fins dos anos 2000, a Via Campesina adotou a agroecologia como um pilar fundamental de sua proposta de soberania alimentar e de reforma agrária integral, impulsionando os mais diversos movimentos agroecológicos em países da América Latina, Ásia e África. Paralelamente, em 2007, foi criada a Sociedade Científica Latino Americana de Agroecologia (SOCLA), sob a liderança de Clara Nicholls e Miguel Altieri. Este histórico culminou na percepção de que

[...] hoje muitos agroécólogos consideram a agroecologia como uma ciência transformadora que deve implementar-se em estreito diálogo e interação com grupos de agricultores representando um constante processo de inovação cognitiva, tecnológica e sociopolítica, intimamente vinculado aos cenários políticos e aos movimentos de resistência camponesa e indígena. Dessa forma, o novo paradigma pedagógico da agroecologia está se construindo em reciprocidade com os movimentos e processos sociais e políticos (ALTIERI, 2015, p. 8).

Para Wezel *et al.* (2009), nos anos 1960, 1970 e 1980, o termo “agroecologia” geralmente não era usado para descrever explicitamente um movimento. Isso começou com maior força nos anos 1990, especialmente nos Estados Unidos e na América Latina.

Por outro lado, a partir dos anos 2000, a agroecologia também começou a ser adotada por empresas e programas políticos estatais. Essa institucionalização ganhou

grande impulso ao ser endossada por relatórios e conferências da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que, desde 2010, tornou a agroecologia uma diretriz oficial recomendada pela ONU para garantir o direito humano à alimentação, a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico, previstos em diversos tratados internacionais (ALTIERI, 2015). De forma crescente, o financiamento internacional fluiu para estudos acadêmicos e para ONGs trabalharem com o enfoque agroecológico, principalmente em países periféricos do sistema-mundo capitalista. Entretanto, como veremos com mais detalhes adiante, a agroecologia institucional voltou a apresentar uma ênfase mais técnica, e menos social. É notável, como, apenas a partir desta nova etapa que a agroecologia salta de um conhecimento marginal e alternativo à uma proposta central de debates públicos sobre questão agrária, autonomia camponesa, ambientalismo, diversidade cultural e desenvolvimento rural.

Apesar de hoje vários autores atribuírem à agroecologia uma origem camponesa, tradicional e contra hegemônica, percebemos que é no meio acadêmico dos países centrais do sistema-mundo que o termo se origina e passa, posteriormente, aos povos na periferia do sistema. Wezel *et al.* (2009) afirmam que, na Alemanha e na França, por exemplo, a agroecologia nunca esteve associada a um movimento social específico, a não ser através de ONGs e instituições com atuação em outros países. No caso da Alemanha: “[...] apenas em casos muito raros algumas ONGs falam em um movimento agroecológico, hoje essas ONGs estão trabalhando quase que exclusivamente na América Latina” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 6); e no caso da França: “É interessante notar que este conjunto de tecnologias [agroecológicas] foi primeiramente aplicado pela CIRAD fora da França, por exemplo no Brasil, antes de ser aplicado no sudeste asiático e na África, e então reimportado para a França” (WEZEL *et al.*, 2009, p. 7).

Ao olharmos detidamente para essa trajetória, é possível perceber que desde o surgimento do termo, em 1930, em países centrais do sistema-mundo capitalista, passando por sua ressignificação nos anos 1970 no contexto periférico e semiperiférico, até sua incorporação à agenda de políticas públicas de governos e organismos multilaterais

a partir dos anos 2000, o significado da agroecologia esteve imerso em disputas entre agentes movidos por interesses distintos. Compreender essas disputas e transformações se mostra fundamental para o entendimento do caráter polissêmico que o termo “agroecologia” carrega hoje.

2. Agroecologia, sistema-mundo e Ecologia Política

Muitas são as pesquisas que analisam as experiências agroecológicas priorizando sua expressão a nível local, sem levar em conta ou explicitar suas conexões e relações com dinâmicas políticas, econômicas e sociais mais amplas, considerando diferentes níveis escalares. Entretanto, entendemos que há o risco de manter um debate superficial ao menosprezar ou excluir sistematicamente das análises sobre a agroecologia fatores que podem ter papel determinante para a configuração das relações de poder envolvidas na territorialização das práticas agroecológicas.

É necessário reconhecer que a agroecologia está inscrita em um cenário mais amplo de disputa por hegemonia geopolítica entre blocos de poder no contexto da reprodução ampliada do modo de produção capitalista. Fenômenos como o colonialismo, o imperialismo e o neoliberalismo atravessam de forma determinante a organização espacial das sociedades em todos os níveis escalares. Com seus renovados discursos e tentativas de atualização, esses fenômenos estão relacionados à transformação das relações sócio-espaciais em escala planetária e geram extraordinários impactos sociais e ambientais, que se agravam nos países da periferia do capitalismo. Para elucidar esses fenômenos é importante que eles sejam localizados histórica e geograficamente, considerando o contexto social, político e econômico particular no qual se desenvolveram, as forças sociais atuantes e os interesses latentes e manifestos dos inúmeros agentes e instituições envolvidos.

Em nossa visão, a perspectiva do sistema-mundo ajuda a compreender o mecanismo de apropriação e distribuição de recursos da periferia para o centro do sistema capitalista. Um dos conceitos centrais dessa perspectiva é o de economia-mundo, definido por Wallerstein (2004) como uma “extensa zona geográfica dentro da qual existe uma divisão do trabalho e, portanto, câmbio interno significativo de bens básicos ou essenciais, bem como fluxos de capital e trabalho” (WALLERSTEIN, 2004, p. 23). O autor afirma que uma economia mundial não é delimitada por uma estrutura política unitária, e que existem muitas unidades que a compõem, criando um sistema interestatal. Ele também afirma que o sistema capitalista só pode existir devido à estrutura da economia-mundo, configurando assim o sistema-mundo capitalista¹ ou, como prefere Carlos Walter Porto-Gonçalves, sistema-mundo moderno-colonial.

A análise, sob esse ponto de vista, nos faz perceber que o “subdesenvolvimento” não pode ser considerado uma patologia, mas sim um produto do próprio modelo de “desenvolvimento” hegemônico. Da mesma maneira, é preciso qualificar os debates em torno da noção de agroecologia incorporada por projetos de “desenvolvimento” que, em grande medida, tendem a reproduzir a lógica econômica do sistema vigente através da roupagem do “desenvolvimento rural/sustentável/territorial”.

Observamos que, nos anos 2000, no período de institucionalização da agroecologia em programas governamentais, estava acontecendo uma significativa mudança no âmbito dos organismos multilaterais em direção à promoção do chamado “desenvolvimento sustentável”, do “etnodesenvolvimento” e do “multiculturalismo neoliberal” em países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”. Segundo Acelrad (2010) e

¹ A divisão do trabalho de uma economia mundial capitalista divide a produção em produtos essenciais e produtos periféricos. Processos essenciais tendem a se agrupar em um pequeno número de estados e constituir a maior parte da atividade de produção em tais estados. Os processos periféricos tendem a se espalhar entre um grande número de estados e constituir a maior parte da atividade de produção nesses estados. Alguns países apresentam tanto produção de produtos essenciais quanto de produtos periféricos caracterizando a semiperiferia do sistema-mundo, como é o caso do Brasil (WALLERSTEIN, 2004).

Hoffman (2010), esta guinada discursiva acompanhou, de forma contraditória, um movimento de transnacionalização do capital, emergência do neoextrativismo e intensificação de processos de expropriação territorial e de *landgrabbing* na América Latina e em todo o mundo, impulsionadas por políticas de “regularização fundiária” capitaneadas pelo Banco Mundial.

Se, por um lado, esta guinada à sustentabilidade e à diversidade cultural representa uma resposta tardia a uma série de reivindicações de caráter anticolonial, por outro lado também se trata de uma tentativa de acomodá-las aos quadros de acumulação capitalista. Construiu-se neste momento uma espécie de apologia à diversidade e à sustentabilidade, concomitantemente a uma erosão das possibilidades dessa diversidade e dessa sustentabilidade se darem de forma plena, por conta dos efeitos perversos do neoextrativismo e da pressão da corrida por terras sobre os chamados povos e comunidades tradicionais.

Para Giraldo e Rosset (2016), torna-se crucial entender como e porquê a agroecologia passou a ser de interesse do capitalismo no contexto geopolítico global representado pelo sistema interestatal. Os autores apontam duas possíveis causas principais: a primeira seria decorrente das crises inerentes ao sistema capitalista que forçaram o capital a expandir-se continuamente em busca de novos processos de acumulação para solucioná-las. Nos países tropicais e subtropicais, a agroecologia agrupa um conjunto de práticas construídas pelos povos em processos milenares de transformação ecossistêmica, em territórios muitas vezes dispersos e longínquos dos centros urbanos. O capital buscaria, portanto, incluir todas estas práticas nos circuitos globais de acumulação de maneira subordinada, de modo a aumentar a extração indireta de mais-valia e ampliar o controle e a apropriação privada sobre bens comuns (GIRALDO; ROSSET, 2016). A segunda causa apontada pelos autores estaria na contradição capitalista expressa pela industrialização da agricultura através da Revolução Verde, cuja tecnologia autodestrutiva teria degradado suas próprias condições de produção, simplificando e sobre-explorando os ecossistemas e pondo em risco sua rentabilidade. O agronegócio estaria em período de declínio,

gerando uma crise do sistema agroalimentar como um todo (LEFF, 1998 *apud* GIRALDO; ROSSET, 2016). “Pintar o agronegócio de verde” estaria entre as estratégias para superar esta crise, repetindo a fórmula de expansão da “onda ecológica” em todos os setores produtivos do capitalismo que visam renová-lo e expandi-lo através da alegada “sustentabilidade”. Por fim, os autores também apontam que a “cooptação” da agroecologia poderia servir para apaziguar o que chamam de “revoluções agroecológicas” - formas de auto-organização social e disseminação do conhecimento campesino de forma autônoma - para subordiná-las à lógica estatal e mercadológica.

Tendo em vista estas reflexões, propomos abordar a discussão sobre a agroecologia trazendo elementos do campo da Ecologia Política. Esse campo

[...] lida com todos os processos de transformação material da natureza e produção de discursos sobre ela e seus usos, procurando realçar as relações de poder subjacentes a esses processos (agentes, interesses, classes e grupos sociais, conflitos etc.) (SOUZA, 2019, p. 100).

Sob essa perspectiva, a questão ambiental é fundamentalmente a questão política de determinar quem ganha e quem perde com os impactos ambientais decorrentes do processo de mudança sócio-espacial e ecológica. Tal processo, permanente e dialético, resulta de projeções das relações de poder no espaço, e é atravessado por uma disputa entre distintas formas de apropriação, uso e significação dos recursos ambientais do mundo material por diferentes agentes. No fundo, o que está em jogo é a distribuição desigual do poder de exercer o controle sobre o patrimônio natural dos territórios e impor práticas que se apresentem como legítimas perante a sociedade.

Observamos que, embora haja um esforço, por parte dos defensores da modernização ecológica, de apresentar a questão ambiental como “neutra”, ela é intrinsecamente política. Sua politização passa pela observação dos conflitos ambientais como núcleo onde se põe em jogo a combinação, o acordo ou o desacordo entre as distintas atividades que interagem no espaço. Assim, o debate ambiental deveria questionar o modo

como se organizam as condições materiais da reprodução social, mas a redução tecnicista e normativa da categoria de “sustentabilidade” esvazia o conteúdo essencialmente político do embate que ela traduz.

Portanto, o conflito é um lugar privilegiado do ponto de vista epistêmico, pois permite identificar, com mais precisão, as diferentes posições que se contrapõem nas lutas em torno da apropriação e significação do espaço social. Nesse sentido, propomos resgatar a centralidade da dinâmica da luta de classes no interior das análises sobre a questão ambiental, o que nos permite verificar desigualdades nas condições de acesso aos recursos naturais, na disputa por suas formas de uso e na exposição aos riscos e danos ambientais. Tais assimetrias, invariavelmente, prejudicam grupos e classes sociais subalternizados, que são alvo de racismo e injustiça ambiental, e favorecem grupos e classes sociais dominantes, que concentram poder econômico e político.

Na maior parte das pesquisas sobre agroecologia, o conflito ambiental é mais facilmente identificado quando opõe modelos explicitamente antagônicos, como é o caso de confrontos entre sistemas de produção agrícola baseados em insumos químicos, agrotóxicos e monoculturas, *versus* sistemas de produção agrícola baseados na potencialização de relações ecológicas em agroecossistemas biodiversos e livres de insumos sintéticos. Porém, ainda há pouco esforço dedicado ao estudo da incompatibilidade entre modelos que se apresentam como agroecológicos, mas que carregam interesses e posições de classe antagônicos entre si.

Em primeiro lugar, considerando o contexto global de avanço do capital sobre os recursos naturais, é essencial observar como as diferentes coletividades defensoras da agroecologia estão atuando junto às lutas por terra e território, pois, caso contrário, o comprometimento social da agroecologia permanecerá como um discurso, enquanto suas bases materiais se esvaem. O cenário de crescente tendência à expropriação e concentração fundiária transformará a agroecologia em mais uma técnica para produção de um nicho de mercado, em que os conhecimentos de povos e populações tradicionais se-

ção cada vez mais raros (e por isso mesmo com maior valor agregado), ao invés de reproduzirem-se, atualizarem-se e disseminarem-se de forma ampla e acessível para toda a população.

Por outro lado, sabemos que a agroecologia, e principalmente uma de suas técnicas mais populares, os Sistemas Agroflorestais (SAFs), demandam uma intensificação do uso de força de trabalho. Se isso pode ser interessante em relação aos problemas de desemprego e êxodo rurais, é necessário entender de que forma estão se dando essas relações de trabalho. Em moldes empresariais, a intensificação do uso de força de trabalho implica em aumento da exploração (para que os lucros sejam viáveis os salários tendem a baixar) ou mecanização (o que aponta para a necessidade de alto investimento de capital). A Fazenda da Toca², por exemplo, realizou investimentos consideráveis em pesquisa e desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais em larga escala, criando, inicialmente, com apoio técnico de Ernst Götsch, maquinário agrícola específico para o trabalho com agroflorestas em áreas extensas.

Outra forma de subordinar o trabalho e os conhecimentos de comunidades e povos tradicionais e camponeses aos interesses de grandes empresas encontra-se em pleno desenvolvimento: trata-se do “fortalecimento de cadeias de valor da sociobiodiversidade”, proposta por algumas ONGs³. Neste arranjo produtivo, são incentivadas “parcerias” entre comunidades tradicionais e grandes empresas, como o Grupo Pão de Açúcar (que hoje comercializa o Mel de povos indígenas do Xingu e o Óleo de Pequi do povo Kisêdje), a fabricante de pães Wickbold (que se abastece das safras de castanha dos indígenas Wai Wai, Xikrin, Kuruaya e Xipaya), a empresa Mercur (que compra a borracha produzida pelos indígenas Xipaya) e as empresas Lush e Firmenich (que compram a semente

² Empresa de Pedro Paulo Diniz, localizada no interior de São Paulo. Para maiores detalhes, acesse o site: <<https://fazendadatoca.com.br>>.

³ O instituto Conexsus, por exemplo, promove a conexão de “negócios comunitários rurais e florestais” com grandes empresas e com o mercado financeiro. Para maiores detalhes acesse <<https://www.conexsus.org/quem-somos/>>; A OSCIP Sitawi também atua de maneira semelhante, conforme pode-se observar no site <<https://www.sitawi.net/a-sitawi/>>. ONGs mais conhecidas, como a TNC e WWF já defendem essa linha de atuação há algum tempo, e têm incorporado crescentemente projetos com enfoque agroecológico.

amazônica cumaru dos indígenas Kayapó e Panará para fabricar perfumes e cosméticos), entre muitas outras⁴. Certamente, as comunidades têm de adequar-se à critérios de padronização e de quantidade determinados pelas empresas, especializando-se nos produtos mais demandados. Além disso, a concorrência mercantil entre os “produtos da sociobiodiversidade” não possibilitará o acesso de todos os produtores a esses mercados de nicho. Novamente, aqui é essencial entendermos como se dá a repartição de benefícios entre as comunidades produtoras e as grandes empresas em tais arranjos produtivos. De toda forma, essa tendência aponta para a possibilidade de uma espécie de integração vertical em moldes “agroecológicos”.

Nesses casos, quem ganha e quem perde com as mudanças sócio-espaciais? Qual a margem de manobra dos diferentes agentes envolvidos? São situações complexas, mas fica evidente que a mudança em direção à agroecologia não resulta necessariamente em redistribuição de poder para exercer efetivo controle sobre os recursos nos diversos territórios. Muitos defensores de uma agroecologia “popular” alegam que essas não são iniciativas verdadeiramente agroecológicas. Mas o fato é que iniciativas como essas reivindicam cada vez mais os termos “agroecologia”, “produção agroecológica”, “sistemas agroflorestais” e derivados para si, e não há, até o presente momento, nenhum consenso em relação a como avaliar efetivamente o que é ou não agroecológico em termos socialmente justos.

3. Agroecologia em disputa: Os casos da FAO e da Via Campesina

Como forma de ilustração, retomamos brevemente um trabalho anterior de Reinach (2020), que compara os discursos políticos da FAO e da Via Campesina sobre a

⁴ Para maiores detalhes: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/economia-indigena-nao-e-ingresso-de-zoologico>>.

agroecologia, a partir de seus documentos oficiais, relatórios e declarações, com recorte temporal de 2009 a 2018. Por terem capilaridade internacional, os discursos de ambas as organizações influenciam e são influenciados por uma ampla gama de agentes e instituições, tendo sido, cada uma à sua maneira, responsáveis pela larga disseminação, popularização e territorialização da agroecologia observada nos últimos anos.

Nos documentos analisados, fica claro que as duas organizações reconhecem que os sistemas agroalimentares atuais são extremamente problemáticos em termos ambientais, sociais e econômicos, e por isso precisariam ser transformados, mas em direções e segundo graus de profundidade distintos: Por um lado, a Via Campesina entende que os problemas encontrados no sistema de produção agrícola convencional estão diretamente relacionados à lógica inerente ao funcionamento do regime capitalista. Em sua visão, as crises atuais (ambiental, agrária, alimentar) são provocadas por problemas sistêmicos e estruturais. Por outro lado, a FAO entende que os problemas encontrados no sistema de produção agrícola convencional seriam resultado de falhas involuntárias e da falta de entendimento, por parte de determinados setores (como o Estado e empresas do complexo agroindustrial), sobre eventuais consequências negativas de seus atos em épocas anteriores. Assim, reconhece que, apesar da Revolução Verde ter mostrado avanços em relação a ganhos de produtividade, não “prestou a devida atenção” às causas da pobreza e da fome, nem aos problemas ambientais.

Nos documentos da FAO, não há qualquer referência às classes sociais. A sociedade em geral e os sistemas agroalimentares em particular são concebidos como formados por diversas “partes interessadas” (consumidores, produtores/agricultores, empresários, varejistas, governos etc.), que podem coexistir harmonicamente sob o capitalismo, contanto que cheguem a um equilíbrio benéfico para todos. Não há culpados nem vítimas, todos esses atores são considerados igualmente importantes, erraram em relação aos modelos adotados de produção agroalimentar, e, portanto, podem e devem melhorar suas condutas, através de um diálogo constante mediado pelo Estado e pelo mer-

cado. Estado e mercado, por sua vez, são considerados neutros, com o potencial de exercer a função de elementos reguladores que compensem desequilíbrios de poder ou “desvios” que prejudicam determinados setores em detrimento de outros. Esta invisibilização do conflito de classes torna possível defender uma aliança entre produtores e consumidores genéricos, independentemente de estes serem capitalistas ou assalariados, latifundiários ou camponeses. Os “cidadãos” e “consumidores”, por sua vez, poderiam mudar os rumos do mercado e do Estado através de escolhas conscientes e individuais. Desse modo, a FAO considera que as formas de organização social e de poder instituídas são, não apenas “naturais”, mas também desejáveis e mesmo necessárias para o bem estar geral. Assim, de seu ponto de vista, algumas reformas nos sistemas agroalimentares seriam suficientes para reequilibrar relações de poder e favorecer todas as “partes interessadas” da sociedade.

Por sua vez, a Via Campesina faz uma demarcação muito clara da diferenciação entre classes sociais e de interesses inconciliáveis que as colocam em antagonismo e confronto direto. Em sua visão, o campesinato não pode conviver pacificamente com o capital agroindustrial, por exemplo, pois as ações deste último minam as condições de vida do primeiro. Aqui, há o apontamento de culpados, dado que o enriquecimento das classes dominantes só seria possível através da degradação das condições de vida das classes dominadas. Pressupõe-se, então, a necessidade de uma aliança, não entre produtores e consumidores genéricos, mas entre classes dominadas (camponeses, trabalhadores da cidade e do campo) em oposição às elites dominantes. A partir da experiência concreta de luta de movimentos rurais, o Estado é apresentado pela Via Campesina como aliado das elites e das multinacionais do agronegócio, que só toma parte dos menos favorecidos a partir de uma pressão ativa de movimentos sociais “*desde abajo*”. Portanto, a Via Campesina afirma recorrentemente a importância da “autonomia camponesa”, não por um ideal abstrato, mas por entender que, muito mais do que os diversos governos, é essa autonomia que tem garantido concretamente a permanência do campesinato no campo contra as forças do agronegócio em todo o mundo.

Por fim, em relação à questão ambiental, para a FAO, a natureza tem que ser preservada por causa de seu valor enquanto um recurso natural ou um capital natural, que fornece importantes “serviços ecossistêmicos” essenciais para a produção. A FAO avalia que a devastação ambiental estaria prejudicando os índices de produtividade, e, por isso, o sistema agroalimentar precisaria buscar mais eficiência em sua gestão. Assim, todas as formas de mitigação de efeitos ambientais negativos e aumento de eficiência na gestão dos recursos naturais, são consideradas bem vindas. Há, aqui, uma visão utilitarista e mercantil da natureza, que preza pela otimização de recursos. A humanidade segue não apenas separada, mas em posição de domínio sobre a natureza, projetando necessidades de acumulação sobre ela.

Por sua vez, a Via Campesina expressa em seus documentos uma relação de respeito, de identificação profunda, e de reverência à “Mãe Terra”, baseada em princípios de reciprocidade, solidariedade e coletividade que regem o trabalho comunitário no campo e a tradição de muitos dos movimentos camponeses e indígenas que compõem a Via Campesina. As bases estruturais da relação com a natureza na sociedade capitalista são questionadas, de modo que as soluções da economia verde são tratadas como “falsas”, por não tocarem na estrutura do modelo de dependência e concentração de recursos.

Tudo isso, contribui para que essas organizações construam noções de agroecologia totalmente diferentes entre si. Nos documentos da Via Campesina, a agroecologia é sinônimo de uma ferramenta que, aliada à reforma agrária integral e à soberania alimentar, deve levar à transformação revolucionária da sociedade. Tal ferramenta estabelece ligação umbilical com a classe dominada, aqui centrada na categoria de povo e, principalmente, de campesinato. A agroecologia é também sinônimo de agricultura camponesa, portanto, uma ferramenta não só de luta, mas também de produção e reprodução de um modo de vida, elemento endógeno, criado e mantido pela classe camponesa e colocado à serviço da humanidade. Na Via Campesina, constrói-se a percepção de que, para além da conquista de terras, essas terras devem estar sob controle do campesinato, e não à

serviço de esquemas de integração vertical, que drenam recursos e subordinam as comunidades rurais. A agroecologia é, portanto, entendida como uma forma de territorialização do campesinato, e de fortalecimento da sua autonomia, que ajuda a manter seus territórios sob controle comunitário, em contraposição à territorialização do agronegócio. Nesse mesmo sentido, o método privilegiado pela Via Campesina para a massificação da agroecologia é a “Pedagogia Camponesa Agroecológica” e o método “camponês a camponês”, que substitui o método convencional de extensão rural e de ensino verticalista (de cima para baixo) por um intercâmbio horizontal de conhecimentos e de práticas entre camponeses, que reconhece e fortalece os saberes dos diferentes povos do campo. A agroecologia, na Via Campesina, é uma forma de reconectar seres humanos e natureza, pressupondo a construção de novas relações sociais, forças produtivas e necessidades. Portanto, a agroecologia não pode coexistir com o capitalismo ou com as chamadas “falsas soluções” do capitalismo verde.

Já a FAO, define a agroecologia como um meio de desenvolvimento agrícola, uma ciência neutra, e um conjunto de práticas criadas pela união entre a agronomia e a ecologia. É considerada uma ferramenta de mitigação das principais lacunas da primeira etapa da Revolução Verde, pois auxilia a obter redução da desigualdade, equilíbrio de relações de poder, geração de emprego e de renda. É apresentada como uma solução “ganha-ganha”: aumenta a produtividade agrícola, ao mesmo tempo que preserva recursos naturais e fortalece as redes de segurança social. A agroecologia é, portanto, entendida como uma solução dentre outras, como a intensificação ecológica, a agricultura regenerativa, ou mesmo os transgênicos. Não é voltada à nenhuma classe específica, de modo que, tanto agricultores familiares quanto empresários do agronegócio, poderiam beneficiar-se de sua adoção. O método privilegiado pela FAO para a massificação da agroecologia consistiria na ampliação de sua escala, através de políticas públicas, extensão rural estatal ou privada e mecanismos de mercado que valorizem os produtos agroecológicos.

Evidentemente, essa exposição bastante resumida não dá conta de aprofundar as nuances de cada um desses discursos e, muito menos, avaliar seus desdobramentos concretos nos diferentes contextos em que se manifestam. Afinal, para além dos discursos, são principalmente as práticas dos diferentes agentes que podem servir para ilustrar seus posicionamentos. Ainda assim, consideramos relevante trazer o posicionamento dessas organizações pelo papel e função determinantes que seus discursos desempenham na construção do conhecimento e das práticas agroecológicas mundo afora. Percebemos que muitos dos debates sobre a agroecologia no Brasil são carregados por formulações e elaborações provenientes dessas instituições, mas apresentam-se de forma difusa, sem necessariamente explicitar de onde vieram, e chegando, muitas vezes, a misturar visões tão distintas. Ambas as organizações são consideradas aliadas, quando na realidade apontam para visões de mundo e projetos políticos opostos.

Se nos voltarmos aos exemplos apresentados no final do tópico anterior, perceberemos que as iniciativas da Fazenda da Toca ou das cadeias produtivas da sociobiodiversidade poderiam, perfeitamente, ser classificadas como agroecológicas pela FAO, mas não pela Via Campesina. Se ambas as instituições atuarem de acordo com seus respectivos discursos, suas alianças políticas e práticas agroecológicas serão fundamentalmente distintas e, mais cedo ou mais tarde, entrarão em conflito.

Em nossa opinião, esse tipo de exercício de análise demonstra que o pensamento social crítico pode auxiliar de forma determinante a eliminar essa confusão no seio do campo agroecológico, lançando luz sobre contradições que muitas vezes passam despercebidas. Inspirados pela Ecologia Política, propomos que o potencial emancipatório da agroecologia só pode ser avaliado ao nos voltarmos aos agentes, suas respectivas posições de classe, suas intencionalidades e, principalmente, suas práticas.

4. Dos riscos de cooptação à construção da autonomia

Certamente as discussões e práticas agroecológicas podem ser realizadas de acordo com diferentes níveis de ambição, dos mais modestos aos mais radicais. Embora seja possível identificar uma posição política progressista no interior do diverso movimento agroecológico, seus princípios e objetivos estratégicos ainda são vagos, e os níveis de transformação social, política e econômica que ambiciona alcançar, não são evidentes (Wezel *et al.*, 2009). Por conta disso, consideramos que as organizações do movimento agroecológico se tornam particularmente vulneráveis aos riscos da cooptação estrutural⁵ por parte de instituições heterônomas.

Como tentamos argumentar ao longo deste trabalho, não podemos assumir, *à priori*, que a agroecologia carrega um conteúdo inquestionavelmente emancipatório. Trata-se de um termo em disputa que, dado seu histórico controverso e a frouxidão de suas definições, pode ser utilizado e ressignificado, tanto para a emancipação humana, quanto para a reprodução da dominação em novos moldes de exploração. Devido à gigantesca capacidade do sistema capitalista de apropriação, incorporação, despolitização e esvaziamento de iniciativas que se apresentam em contraposição ao seu modo de operação (fazendo com que, em última instância, essas iniciativas sirvam à própria manutenção do *status quo*), é importante saber diferenciar as práticas agroecológicas e não subestimá-las e nem superestimá-las, identificando sua real capacidade de influenciar os processos de mudança sócio-espacial e, evidentemente, o seu potencial emancipatório.

A partir dos elementos levantados, cabe verificar se, onde, quando e como as práticas agroecológicas efetivamente se articulam para questionar e afrontar a ordem sócio-

⁵ Marcelo Lopes de Souza ressalta que os movimentos sociais colocam em risco a sua autonomia quando se utilizam de canais institucionais heterônomos. Para o autor, a cooptação estrutural é entendida como uma “cooptação não deliberada, mas sim difusa; uma cooptação derivada do poder de sedução das instituições existentes, heterônomas, e do imaginário instituído, heterônimo” (SOUZA, 2006, p. 455).

espacial heterônoma vigente ou se elas tendem a reproduzir essa ordem, ainda que sob discursos alternativos aos convencionais.

Do ponto de vista analítico, acreditamos que há um grande potencial no resgate de contribuições do heterogêneo campo libertário⁶ ao estudo da agroecologia, que pode articular-se com a construção de projetos emancipatórios em consonância com os acúmulos e com a práxis dos movimentos sociais. Esse potencial se daria, entre outros aspectos, pela capacidade desse campo de apresentar alternativas concretas de organização sócio-espacial que se oponham, simultaneamente, ao Estado, ao capital e ao reformismo. Também nesse sentido, consideramos fundamental resgatar os debates sobre as relações de dominação sob o capitalismo e as possibilidades de sua superação por meio da construção da autonomia.

Sabemos que o aparelho de Estado, enquanto estrutura, protege os interesses da classe dominante e suas frações através da garantia da propriedade privada e da manutenção da ordem heterônoma por meio de seus aparatos de controle e repressão. Conjuntamente, enquanto governo, pode apresentar fissuras, fraturas e contradições que podem ser eventualmente exploradas de acordo com a correlação de forças entre as classes sociais, sua capacidade de articulação, mobilização e margem de manobra à disposição. Mas é imprescindível identificar os riscos e as limitações da via institucional e reconhecer a necessidade de atuação para além das instituições consolidadas, que servem à manutenção do *status quo*. Conforme Souza ressalta,

[...] a luta institucional não substitui, em hipótese alguma, a ação direta; no fundo, subordina-se a ela, assim como a tática se subordina à estratégia, e não o contrário. [...] Na fórmula com o Estado, apesar do Estado e

⁶ Consideramos aqui a perspectiva de Souza, que define como traços essenciais do campo libertário, ou melhor, do pensamento e da práxis libertários: “o comprometimento simultâneo com a liberdade e a igualdade, com os direitos individuais e com os direitos coletivos, com o polo da autonomia individual e com o polo da liberdade coletiva; e, conseqüentemente, a ‘guerra em duas frentes’ contra o binômio capitalismo + ‘democracia’ representativa (corretamente identificada pelo filósofo autonomista Cornelius Castoriadis como uma ‘oligarquia liberal’) e o ‘socialismo burocrático’ (e suas raízes autoritárias no marxismo, chamado por Bakunin de ‘comunismo autoritário’)” (SOUZA, 2015, p. 80).

contra o Estado, [...] são os dois últimos ingredientes – e principalmente o último – que devem predominar, de um ponto de vista que leve a sério o risco da cooptação e degeneração dos movimentos e que assuma a necessidade de uma mudança sócio-espacial profunda como pré-requisito para se poder falar em maior justiça social e melhorias substanciais da qualidade de vida da maior parte da população [...] com rigor e consistência (SOUZA, 2010, pp. 26-27).

Observamos que a maior parte dos esforços de movimentos agroecológicos no Brasil são direcionados para a construção de políticas públicas que deem suporte e potencializem a expansão da agroecologia nos territórios. Porém, mesmo em contextos teoricamente favoráveis sob governos “progressistas”, além do volume de recursos para políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e à promoção da agroecologia ter sido mínimo em comparação com o volume de recursos direcionados ao agronegócio convencional, percebemos hoje como certos avanços na legislação são frágeis, tendo sido desmontados conforme interesses empresariais, de frações da classe dominante e de diferentes governos eleitos. Aquilo que levou décadas para ser construído (Ministério de Desenvolvimento Agrário, PAA, PLANAPO, PLANSAN, entre outras políticas) foi rapidamente desestruturado. Por fim, sabemos que sem a necessária distribuição de terras e desconcentração fundiária é impossível que a agroecologia se desenvolva em todo o seu potencial, mas esse pleito foi sistematicamente escanteado na elaboração de políticas agrícolas em absolutamente todos os governos.

Neste contexto, os debates em torno do desafio da construção da autonomia adquirem centralidade. Essa discussão parece estar cada vez mais presente nos dias atuais, e vem ganhando crescente interesse nos espaços de construção dos movimentos agroecológicos. Entretanto, muitas vezes os debates não são devidamente aprofundados e levados às últimas consequências, tendo em vista seus desdobramentos práticos no que diz respeito à superação da heteronomia e aos ganhos efetivos de autonomia. Cabe destacar que existem diferentes concepções sobre autonomia, e que no presente trabalho nos baseamos, principalmente, na abordagem do filósofo Cornelius Castoriadis.

Mas, o que quer dizer autonomia, afinal? Apesar do uso cotidiano do termo no senso comum, no plano filosófico torna-se um conceito complexo. De acordo com a sua etimologia, autonomia tem a ver com a maneira como as decisões são tomadas e como a lei é estabelecida. Para entender a profundidade da concepção castoriadiana de autonomia é preciso considerar também outros conceitos, como liberdade, igualdade, poder, democracia e lei, e também identificar de que forma estão relacionados entre si.

Para Castoriadis, “uma sociedade autônoma implica indivíduos autônomos – e tais indivíduos só podem existir plenamente numa sociedade autônoma.” (CASTORIADIS, 1983, p. 22). O indivíduo autônomo é aquele que dá as leis a si mesmo, assim como a coletividade autônoma é aquela que estabelece as leis ela mesma, por si mesma, e não as recebe de uma instância superior e exterior. Dessa forma, autonomia individual e coletiva só tem sentido se estiverem relacionadas entre si.

Por sua vez, indivíduo e coletividade autônomos só podem surgir da abolição da heteronomia instituída. Isso significa

[...] tanto a supressão da dominação de grupos sociais particulares sobre o conjunto da sociedade quanto a modificação da relação da sociedade instituída com sua instituição, a ruptura da submissão da sociedade em relação a sua instituição (CASTORIADIS, 1983, p. 20).

Assim como não pode existir uma sociedade autônoma sem indivíduos autônomos, também não pode existir uma sociedade livre sem indivíduos livres. Para Castoriadis, a liberdade, em sua forma efetiva, social, concreta significa o “espaço de movimento e de atividade o mais amplo possível assegurado ao indivíduo pela instituição da sociedade” (CASTORIADIS, 1983, p. 15). A liberdade, nesse sentido, implica a igualdade efetiva de direitos e deveres, a participação igualitária na tomada de decisões e no estabelecimento das leis. Portanto, liberdade e igualdade também são indissociáveis. Somente se as pessoas estiverem em situação de igualdade poderão ser livres e somente se estiverem em situação de liberdade poderão ser iguais.

O autor diferencia a condição de liberdade na sociedade a partir do exercício de poder⁷: “aqueles que não participam desse poder em pé de igualdade estão sob a dominação daqueles que dele participam e o exercem, e, portanto, não são livres” (CASTORIADIS, 1983, p. 17). Por sua vez, a participação no exercício do poder só pode ser igualitária se forem iguais as condições sociais efetivas, e não somente as jurídicas. Uma sociedade livre é, portanto, uma sociedade na qual o poder é exercido efetivamente pela coletividade, e da qual todos participam ativamente em condição de igualdade. Por fim, a igualdade de participação efetiva deve ser assegurada por instituições efetivas.

Nesse sentido, a autonomia está diretamente ligada à liberdade, à auto-organização, à autodeterminação, ao autogoverno e à autogestão. É o oposto, o inverso da heteronomia. Tem a ver, então, com horizontalidade, com democracia radical ou direta, em contraposição à democracia representativa ou indireta. Trata-se, em última instância, de igualdade efetiva de participação nos processos de tomada de decisões, que envolvem o interesse coletivo nas diferentes escalas. Isso é impossível na “democracia representativa”, uma vez que, neste caso, abre-se mão do exercício da ação direta, e terceiriza-se a representação política. Para o autor, a auto-organização é também auto-organização de tudo o que precisamos em termos materiais e subjetivos para efetivá-la. “Autogestão e auto-organização ou são vocábulos para divertir o povo ou significam exatamente isto: a autoinstituição explícita (sabendo-se tal, esclarecida tanto quanto possível) da sociedade” (CASTORIADIS, 1983, p. 21).

Para Castoriadis, falar da autonomia da sociedade, não somente em relação à classe dominante em particular, mas em relação à sua própria instituição, suas necessidades, suas técnicas etc., pressupõe a capacidade e a vontade das pessoas de se autogovernarem. Portanto, uma sociedade autônoma não implica somente a autogestão, o autogoverno, a autoinstituição. Ela implica uma outra cultura, no sentido mais profundo desse termo. Implica um outro modo de vida, outras necessidades, outras orientações da

⁷ Em sua concepção, o poder, “no sentido social e efetivo, é levar alguém ou alguns a fazerem o que, de outro modo, com conhecimento de causa, não teriam desejado fazer” (CASTORIADIS, 1983, p. 16).

vida humana, que não estejam baseadas na dominação da natureza. As experiências históricas de diversos povos e coletividades em diferentes partes do mundo, mostram, na prática, que temos plena capacidade de nos auto-organizar. Para o autor, o movimento ecológico põs em questão o esquema e a estrutura das necessidades sociais e do modo de vida hegemônico. Aparece, portanto, como um dos movimentos que tendem para a autonomia da sociedade, sobretudo, para a autonomia em relação ao sistema técnico-produtivo capitalista, pretensamente inevitável ou pretensamente ótimo (CASTORIADIS; COHN-BENDIT, 1981).

Ao colocar-se como uma alternativa ao sistema de produção agrário/agrícola dominante, os movimentos agroecológicos pode realmente ter um papel fundamental no processo de enfrentamento da heteronomia e de construção da autonomia, desde que esteja vinculado a um projeto emancipatório e precisamente autonomista e anticapitalista, atrelado a demandas estruturais como aquelas por terra e território, e processos de autodeterminação, desconcentração e descentralização do poder. Tão importante quanto assumir um compromisso com o princípio da autonomia, é a constituição de relações sociais que se contraponham às relações da sociedade capitalista, hierárquicas e verticais.

Considerações Finais

Longe de propor uma abstração teórica descolada da realidade e sem preocupação com desdobramentos práticos, trazemos essas reflexões como forma de expandir o horizonte de transformação sócio-espacial vislumbrado pelos movimentos agroecológicos. Consideramos que o anunciado potencial emancipatório da agroecologia precisa ser problematizado e levado às últimas consequências na análise de situações concretas, avaliando se elas contribuem efetivamente, em curto e longo prazos, direta e indireta-

mente, para a construção da autonomia, ou se acabam, mesmo que de forma inconsciente, legitimando ou reproduzindo a heteronomia. Dessa forma, o debate sobre os diferentes projetos políticos e os possíveis caminhos que levam à manutenção e reprodução, ou à transformação da realidade sócio-espacial, passam a ter significativa relevância.

O atual contexto de agravamento da crise social, política, econômica e ambiental, não só no Brasil, mas na maior parte dos países da América Latina, nos remete ao debate sobre as diferentes vias de transformação social e as possíveis alternativas para solucionar os problemas e desafios decorrentes da organização sócio-espacial hegemônica. Trata-se de questionar para quê e a quem essa organização têm servido, abrindo a possibilidade de refletir sobre a construção de um modelo contra-hegemônico, que colabore para o enfrentamento da heteronomia. Esse enfrentamento não pode estar descolado de uma constante busca, ainda nos marcos de uma sociedade heterônoma, pela superação da ordem sócio-espacial vigente e por avanços concretos em matéria de autonomia.

Considerando que parte dos objetivos das lutas sociais de hoje é criar condições melhores para as lutas de amanhã, torna-se necessário saber combinar, entre outros aspectos, ação-direta e luta institucional, tática e estratégia, curto e longo prazos, para avançar efetivamente na resistência aos retrocessos sociais, políticos e econômicos impostos por grupos dominantes, bem como na conquista de melhorias na qualidade de vida das populações em condição de maior vulnerabilidade, marginalização, subalternização, opressão e exploração. A posição em relação ao Estado e ao mercado capitalista, as possíveis margens de manobra para as lutas sociais, os debates sobre as diferentes vias de transformação da realidade, estão subjacentes à reflexão sobre a organização sócio-espacial.

As ideias e discursos em torno das possibilidades de transformação das relações de poder hegemônicas da sociedade por meio das práticas agroecológicas são importantes em sua dimensão subjetiva, mas é a materialidade que será determinante para apro-

fundar o enfrentamento da heteronomia. Ou seja, é a partir do processo de territorialização das práticas agroecológicas que será possível avaliar suas contribuições nesse sentido.

De nossa parte, consideramos que uma perspectiva teórica que seja capaz de combinar as escalas de análise (da nano à macro) e de ação, e os olhares (de perto e de longe), permitirão que se tenha uma noção de conjunto, contribuindo efetivamente para desvendar e elucidar os fenômenos e problemas decorrentes da forma com que a agroecologia se espacializa em cada contexto. E, para além disso, pode servir também para refletir e subsidiar discussões sobre transformações que busquem a superação da ordem sócio-espacial heterônoma vigente, ao comprometer-se com processos de resistência e lutas sociais de caráter emancipatório no campo e nas cidades.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In.: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: Marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010.
- ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. **The Journal of Peasant Studies**, v.38, n° 3, pp.587-612, 2011.
- ALTIERI, Miguel. Breve reseña sobre los orígenes y evolución de la Agroecología en América Latina. In.: **Revista Agroecología**, v. 10, n° 2, pp. 7-8, 2015.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou barbárie: O conteúdo do socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GIRALDO, Omar F; ROSSET, Peter M. La Agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales. **Revista Guaju**, v. 2, n° 1, pp. 14-37, 2016.

- GLIESSMAN, Stephen. Agroecology: growing the roots of resistance. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 37, nº 1, pp. 19-31, 2013.
- HECHT, Susanna B. The evolution of agroecological thought, in: ALTIERI, Miguel. (org.), **Agroecology: The science of sustainable agriculture**. Westview Press, Boulder, CO, USA, p. 1-19. 1995.
- HOFFMAN, Maria B. Mapeamentos participativos e atores transnacionais: a formação de identidades políticas para além do Estado e dos grupos étnicos. In.: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: Marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR, 2010, p. 01-28.
- NORDER, Luiz A.; LAMINE, Claire; BELLON, Stephane; BRANDEBURG, Alfio. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, nº 3, pp. 01-20, 2016.
- REINACH, Mariana H. M. **Controvérsias sobre a Dimensão Social da Agroecologia: Uma comparação entre os discursos políticos da FAO e da Via Campesina**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- ROSSET, Peter; MARTÍNEZ-TORRES, Maria E. La Vía Campesina y agroecología. In: LA VIA CAMPESINA (org.) **Libro abierto de la Vía Campesina, celebrando 20 años de luchas y esperanza**. 2013 – Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/el-libro-abierto-de-la-via-campesina-celebrando-20-anos-de-luchas-y-esperanza/>>. Acesso em 01/12/2020.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz: AGRUCO, Plural Editores, 2011.
- SEVILLA GUZMÁN, Eduardo; WOODGATE, Graham. Agroecología: Fundamentos Del Pensamiento Social Agrario Y Teoría Sociológica. **Revista Agroecología**, v. 8, nº 2, pp. 27-34, 2013.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora: Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta*. **Cidades**, v. 7, nº 11, pp. 13-47, 2010.

- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**: Escritos de divulgação científica e análise política. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Ambientes e territórios**: Uma introdução à Ecologia Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- WALLERSTEIN, Immanuel M. **World-systems analysis**: An introduction. Duke University Press, 2004.
- VIEIRA, Flávia B. **Dos Proletários Unidos à Globalização da Esperança**: Um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane.; DORÉ, Thierry.; FRANCIS, Charles; VALLOD, Dominique.; DAVID, Christophe. Agroecology as a science, a movement and a practice: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n° 4, pp. 503-515, 2009.

Mariana Homem de Mello Reinach é cientista social e doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ. **E-mail**: mari.reinach@gmail.com

Guilherme Augusto Fabrin é geógrafo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ. **E-mail**: guilhermegeoufsc@gmail.com

Artigo enviado em 15/09/2020 e aprovado em 09/12/2020.